

O ADVENTO DA IMPRESSA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO E OS PRIMEIROS ANOS DE ATIVIDADE EDITORIAL NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE SOBRE O JORNAL CORREIO DA VICTÓRIA, 1849 – 1855

 *Karulliny Silverol Siqueira*^{1,2}

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre o processo de instalação da impressa no Espírito Santo em 1840. Discute-se diversos fatores que levaram à instalação da primeira tipografia, e a atuação da elite política local que, por sua vez, apontou os elementos norteadores para o advento da imprensa capixaba, e formulou suas normativas e condutas. A análise compreende os primeiros anos de publicação do jornal *O Correio da Victória*, apoiando-se ainda em fontes como relatórios e correspondências governativas. A investigação segue as premissas teórico-metodológicas da História do livro e da cultura impressa, visualizando a sociologia dos textos, suas motivações sociais, e a materialidade dos impressos dentro de seu circuito de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura impressa – Espírito Santo – XIX.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. E-mail: karulliny@yahoo.com.br



THE ADVENT OF PRESS IN THE PROVINCE OF ESPÍRITO SANTO AND THE FIRST YEARS OF EDITORIAL ACTIVITY IN THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS OF THE NEWSPAPER CORREIO DA VICTORIA, 1849 – 1855

ABSTRACT

This study seeks to reflect on the process of installation of the printing press in Espírito Santo in 1840. It discusses several factors that led to the installation of the first typography, and the performance of the local political elite that, in turn, pointed out the guiding elements for the advent of the press in Espírito Santo, and formulated its norms and conducts. The analysis comprises the first years of publication of the newspaper *Correio da Victoria*, also relying on sources such as reports and government correspondence. This study follows the theoretical and methodological premises of the book history and the history of written culture, visualizing the sociology of texts, their social motivations, and the materiality of the texts.

KEYWORDS

Printed culture – Espírito Santo – XIX.

Recebido em: 31/05/2024 - Aprovado em: 07/04/2025

Editoras responsáveis

Mariana Albuquerque Dantas
Melina Kleinert Perussatto



Os impressos e as províncias: reflexões historiográficas

Ao longo dos últimos anos, a circulação de impressos no Brasil oitocentista tornou-se objeto de estudo de diversos historiadores que, em meio às análises, acabam por acentuar o início do uso das tipografias, as características dos primeiros impressos, e o uso social e político dessas folhas. A imprensa caracterizou-se como um dos principais instrumentos de ação política no século XIX, contribuindo, como acentua Marco Morel³, para a consolidação dos espaços públicos de debate político na primeira metade do oitocentos.

Como evidencia Lúcia Bastos Neves⁴, os jornais foram também os veículos condutores de discussões cruciais acerca do período que levou à emancipação do Brasil e, mais tarde, as folhas trouxeram à luz os diferentes projetos políticos propagados por Exaltados, Moderados e Caramurus no período regencial, como indica Marcello Basile⁵. A Regência foi, sem dúvida, um momento de efervescência da opinião pública, destacando a politização das ruas e o amplo debate entre corrente políticas distintas que, na imprensa, manifestavam os projetos de nação formulados por *exaltados, moderados e caramurus*⁶.

A produção historiográfica enfatiza a importância da imprensa para as diversas localidades do Império no período regencial e em toda a primeira metade do XIX, evidenciando as tipografias como importantes instrumentos de debate político, bastante influentes da dinâmica de poder entre grupos locais⁷. No entanto, é necessário ressaltar que a implementação da imprensa nas províncias ocorreu de forma distinta e a partir de suas singularidades. Nesse sentido, faz-se necessário problematizar o advento das tipografias em âmbito regional, ultrapassando a interpretação que comprehende as províncias sem

3 Morel, 2005.

4 Neves, 2003.

5 Basile, 2022.

6 Basile, 2022.

7 Sobre o papel da imprensa na construção da política imperial, sobretudo, na dinâmica provincial, ver: Barbosa, 2010; Amaral, 2008; Feldman, 2006; Lustosa, 2000; Neves, 2003; Silva, 2006.



produção de jornais como espaços de “atraso”, ou ainda distantes do debate político do período. Nos interessa, assim, questionar até que ponto algumas províncias, diante de seu contexto local, necessitaram do aparato tipográfico na primeira metade do século XIX, por exemplo, levando em conta sua própria dinâmica política e social e de seus circuitos internos de comunicação. Neste estudo, utiliza-se o caso da província do Espírito Santo, que teve seu primeiro jornal impresso em 1840, mas que somente em 1849 se consolidou.

O estudo traz à luz reflexões sobre o processo de instalação da imprensa na província do Espírito Santo na década de 1840, indicando as singularidades locais acerca dos circuitos de comunicação, e da circulação impressa no século XIX. Objetiva-se discutir os fatores que levaram à instalação da primeira tipografia, e como esse empreendimento foi subsidiado pela elite política local⁸ que, por sua vez, apontou os elementos norteadores para o advento da imprensa capixaba, bem como formulou as normativas e condutas para essa atividade. A análise pretende compreender os primeiros anos do funcionamento da primeira tipografia, as dificuldades encontradas pelos editores e redatores, a possível coexistência da cultura manuscrita junto aos impressos, e ainda pretende destacar a recepção e interação do público com o jornalismo recém-inaugurado. Sabendo-se que as províncias do Império incorporaram as tipografias cada qual a sua maneira e tempo, perguntamo-nos sobre o que teria influenciado no desenvolvimento, na adesão e utilização das tipografias nos cenários locais.

Cultura escrita e impressa: o debate acerca dos significados da comunicação tipográfica

A pesquisa em questão leva em consideração os significados da comunicação escrita no século XIX, destacando variados meios de

⁸ O conceito de elite política neste estudo baseia-se nas premissas dadas por José Murilo de Carvalho na obra “A construção da ordem” (2007), compreendendo esta como o grupo dos ocupantes de cargos políticos como, por exemplo, deputados provinciais, presidentes de província e lideranças políticas da região.

circulação de informação que eram visualizados nas províncias. Para tanto, o *lócus* de estudo é a província do Espírito Santo, uma região que, pelo menos até a metade do século XIX, não fez uso da produção de impressos locais e prolongou o uso de manuscritos por praticamente todo o Oitocentos⁹.

Os estudos que abrangem a circulação de manuscritos, impressos e livros, bem como os circuitos desses materiais e sua recepção por parte do público leitor, ganham a cada dia mais espaço na historiografia. O exemplar trabalho de Henri Jean Martin e Lucien Febvre¹⁰, por exemplo, caracterizou o livro como objeto de estudo e o demonstrou como um poderoso “fermento” diante da circulação de ideias e movimentos, sobretudo, na Época Moderna. Anos mais tarde, estudos como os de McLuhan¹¹ e Elizabeth Eisenstein¹² destacaram a importância da imprensa móvel e seus impactos na civilização ocidental. Por meio dessas interpretações, os impressos e sua circulação foram visualizados a partir da prerrogativa revolucionária, demarcando uma nova perspectiva de mundo subsidiada pela atividade tipográfica.

A pesquisa aqui proposta toma por base as indicações de Matin e Febvre, identificando, assim, os impressos como impulsionadores de ideias e, ao mesmo tempo, apoia-se nas premissas instigantes de Donald McKenzie¹³, que propõe uma análise a partir de uma sociologia dos textos. Na visão do autor, os efeitos sociais de um texto também se mostram valiosos, pois nos levam a considerar as motivações humanas que se entrelaçam nas etapas de produção, recepção e consumo.

Nesse sentido, busca-se as motivações sociais, bem como políticas e culturais, em meio à dinâmica dos textos produzidos em âmbito provincial, sejam manuscritos ou impressos. Na esteira dos estudos que se debruçam sobre a história da cultura escrita e sobre a circulação de

9 Siqueira, 2020.

10 Martin; Febvre, 2000.

11 McLuhan, 1972.

12 Eisenstein, 1998.

13 McKenzie, 2018.

impressos, é necessário ressaltar que este trabalho também se apoia nas perspectivas propostas pelos historiadores Roger Chartier e Robert Darnton. Chartier¹⁴, valendo-se, muitas vezes, de preciosas proposições de McKenzie, consolidou vasta obra sobre a temática, pelas quais nos conduz a refletir sobre os usos da escrita, as apropriações do texto por parte dos leitores, além de nos direcionar para a investigação que leva em conta a materialidade dos textos.

As perguntas que norteiam metodologicamente este estudo incorporam também as indicações introduzidas por Robert Darnton¹⁵ acerca da caracterização dos circuitos de comunicação dos impressos, pertinentes à história do livro. A partir de suas indagações nos colocamos a refletir: como teria sido o processo que levou a província do Espírito Santo a iniciar a produção de impressos? Qual a recepção dos primeiros impressos pelos leitores nos primeiros anos de atividade editorial capixaba?

Os estudos sobre a cultura escrita nos colocam a dialogar com a interrelação entre os manuscritos e os impressos na Idade Moderna. Fernando Bouza¹⁶, Antônio Castillo Gomez¹⁷ são destaques entre os que se colocam a explorar a permanência dos manuscritos, mesmo após o advento da prensa, questionando os efeitos da circulação impressa, ou ainda, evidenciando a existência de contextos distintos que privilegiavam tanto manuscritos como também impressos. Essas reflexões também foram elaboradas para o mundo Ibérico a partir das pesquisas de Ana Paula Megiane e Leila Algranti¹⁸, ao destacarem a coexistência de circuitos variados de comunicação que envolvem os governos e populações dos Impérios Ibéricos. Nesses diversos níveis de circulação da informação, as autoras atestam que, além de impressos, também os registros manuscritos, como, por exemplo, cartas, regulamentos, e crônicas, teriam

14 Chartier, 2014.

15 Darnton, 2008.

16 Bouza, 2001.

17 Gomez, 2014.

18 Magiane; Algranti, 2009, p. 9.

desempenhado um importante papel em meio à circulação de ideias, valores, costumes e saberes naquele contexto.

Acreditamos que tais prerrogativas acerca da convivência entre impressos e manuscritos seja bastante pertinente ao se pensar uma localidade como o Espírito Santo que, ao iniciar o uso da tipografia praticamente apenas no segundo Reinado, empreendeu intensa utilização dos manuscritos, mesmo após a instalação da primeira tipografia local.

Assim, a reflexão dessa investigação pretende evidenciar o processo de efetivação da primeira tipografia no Espírito Santo por parte da elite política local, bem como a recepção e interação da comunidade de leitores dessa localidade. Deseja-se, ainda, refletir sobre o advento da impressa na região, não concebendo o período anterior à utilização das tipografias como um período de atraso, mas, sim, pretende-se levar em consideração o contexto de implementação da imprensa a partir das demandas locais.

Como determina Roger Chartier, há que se refletir sobre o determinismo acerca da magnitude da utilização dos impressos após seu advento a partir de Gutenberg. O historiador nos chama atenção, por exemplo, para a continuidade existente entre a cultura manuscrita e a cultura impressa, atenuando a ideia de ruptura:

En realidad, lo escrito copiado a mano sobrevivió mucho después de la invención de Gutenberg, hasta el siglo XVIII y hasta el siglo XIX. En el caso de los textos prohibidos, cuya existencia debía mantenerse en secreto, la copia manuscrita continuó siendo la.¹⁹

A partir dessas bases teóricas e metodológicas nos colocamos a investigar o processo pelo qual se percebe a necessidade de tipografias na localidade e, ainda, tentaremos explorar a capacidade de permanência de diferentes circuitos de comunicação, baseados em manuscritos e impressos durante o século XIX. Assim, quais fatores teriam sido cruciais

19 Chartier, 2018, p. 14.

para que a província do Espírito Santo iniciasse a sua transição para a cultura impressa?

Cultura Impressa no Espírito Santo: um empreendimento tardio?

Desde 1808 a atividade tipográfica já se fazia presente no Brasil, difundindo-se posteriormente para outras províncias²⁰. Todavia, seria errôneo esperar de todas as regiões uma adesão simultânea às tipografias. Cabe, por exemplo, relembrar o estudo de José Marques de Melo²¹, que acentua que a necessidade e adesão à imprensa não foi criada pelo decreto da Imprensa Régia do início do Oitocentos. O que ocorre, a partir da visão do autor, é a modificação das condições, das relações sociais e até mesmo das exigências de um determinado contexto, que provocam, então, o surgimento da atividade tipográfica nas inúmeras regiões do país²².

Dessa forma, é válido neste estudo repensar o surgimento da imprensa capixaba a partir das necessidades locais no século XIX, a fim de não cairmos em um jogo de comparações entre as províncias do Brasil, enfatizando o advento da imprensa como indicador eficaz de maior ou menor desenvolvimento social e político, como relata Martinuzzo²³, ao usar o termo “atraso” com relação ao advento da imprensa capixaba.

Cabe, na verdade, refletir se o contexto da província era propício ao desenvolvimento da imprensa e se havia, sobretudo, demandas que levassem à consolidação de um empreendimento custoso como uma tipografia. Na primeira metade do século XIX, o Espírito Santo mostrasse como uma localidade com uma população não muito impactante. Na capital Vitória, por exemplo, pouco mais de 12 mil pessoas são contabilizadas nas memórias de Inácio Acioli, contando com livres e

20 Hallewell, 2005.

21 Melo, 2003.

22 Melo, 2003. p. 90.

23 Martinuzzo, 2005.

escravizados²⁴. Com pouca estrutura e pouca urbanização, no final da primeira metade do Oitocentos, a província manifestava dificuldades até mesmo acerca da locomoção, devido à existência de pouquíssimas pontes e meios de travessia²⁵. A precariedade ligada aos estabelecimentos de ensino, o que era realidade na maioria das províncias, também pode nos dar um indicativo de um número de alfabetizados não tão significativo para que se consolidasse ali um público leitor.

Um dos fatores que pode também ter influenciado no distanciamento da atividade impressa é a inexistência de partidos políticos até 1860²⁶. Nessa quadra, os relatórios governamentais e a imprensa dos anos posteriores corroboram a ideia de que, no Espírito Santo, grupos personalistas dominavam a dinâmica política local, diferente composição dos partidos Liberal e Conservador no Império, que utilizavam a imprensa como veículo político. Assim, as adesões ou cisões ocorriam muito mais a partir de interesses eleitorais do que como manifestações de apoio aos partidos já vislumbrados na Corte, como já se percebia manifestado na imprensa de diversas localidades do Império.

Mais de uma década após a instalação da imprensa no Rio de Janeiro, sendo já percebida em outras regiões, no Espírito Santo, não há fontes que indiquem a existência de uma tipografia local até o ano de 1840. Evidentemente, a província possuía acesso aos impressos de fora da localidade, sobretudo de regiões próximas, como o sul do Rio de Janeiro. No entanto, a análise dos arquivos identifica que documentações governativas, avisos e cartas entre a Corte e o Espírito Santo permaneciam manuscritos. Nesse sentido, as atividades de impressão não faziam parte do cotidiano capixaba. Os relatórios governamentais revelam que todo o trabalho tipográfico era feito no Rio de Janeiro.

As fontes indicam que foi somente em março de 1835, a partir da preocupação dos deputados da recém-inaugurada Assembleia Legislativa

24 Acioli, 1978.

25 Oliveira, 2008, p.3 54.

26 A partir de 1860, a imprensa provincial passa a ser quase que exclusivamente política, tornando-se veículo dos partidos Liberal e Conservador em âmbito local. Sobre as especificidades da dinâmica partidária local, ver Siqueira, 2013.

Provincial, que houve, então, a devida preocupação com a existência de um estabelecimento de impressão em âmbito provincial. Entretanto, mesmo após as decisões do legislativo, a possibilidade da instalação de uma tipografia parecia um projeto que se desenvolveria a longo prazo. Após esse período, os documentos legislativos não registraram qualquer tentativa de consolidação do empreendimento tipográfico.

No entanto, é necessário ressaltar que, anos mais tarde, outras motivações pareceram apontar para o retorno das discussões por parte da elite política local sobre a necessidade de uma tipografia. Uma hipótese que pode estar diretamente relacionada à celeridade dos debates acerca da instalação da primeira tipografia seria o surgimento do regulamento assinado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, em 1 de janeiro de 1838, o qual destacava os procedimentos necessários para impressão, arquivamento e distribuição dos atos legislativos, criando uma demanda maior de comunicação em papel impresso entre Corte e província:

[...] Art. 16.º Os Oficiais Maiores das respectivas Secretarias de Estado remeterão diretamente, na Corte, às outras Secretarias de Estado, aos Presidentes dos Tribunais, e da Câmara Municipal, e Chefes das Repartições Públicas; e nas Províncias, aos respectivos Presidentes, os exemplares impressos das Leis, Decretos e Regulamentos, que suficientes forem para serem distribuídos pelas Autoridades.

Art. 17.º Quando uma Secção contiver Atos de mais de uma Secretaria de Estado, será à remessa às Autoridades, na forma do Artigo antecedente, acompanhada de Ofício dos respectivos Oficiais Maiores, contendo o número, data e resumo do Ato, ou Atos remetidos, pertencentes às suas Repartições.

Art. 18.º O Administrador da Tipografia Nacional, na hipótese do Artigo antecedente, remeterá ora a uma, ora a outra das Secretarias de Estado os exemplares sobreditos; procedendo de maneira que o trabalho da remessa seja distribuído com a possível igualdade.

Art. 19.º Estas remessas serão averbadas em livros, para esse fim destinados, abertos, numerados, rubricados, e encerrados pelos Oficiais Maiores das respectivas Secretarias de Estado; deixando-se em cada página espaço suficiente para notar a data do recebimento, e da publicação dos Atos remetidos.

Art. 20.º As Secretarias de Estado, os Presidentes dos Tribunais, e Chefes das Repartições da Corte, acusarão o recebimento imediatamente; e os Presidentes das Províncias não só darão parte de haverem recebido os

exemplares, que lhes tiverem sido remetidos, logo que lhes forem entregues, mas também participarão haverem os distribuídos pelas respectivas Autoridades, e terem sido por elas recebidos, e devidamente publicados, declarando as datas da publicação em cada Comarca [...].²⁷

A orientação vinda da corte parece ter impulsionado modificações da cultura impressa da época, já que apontava as normativas acerca da impressão e arquivamento de documentos governativos, demandando, ainda, um aumento significativo de correspondências com relação ao recebimento de remessas e o envio de atos do governo ao Rio de Janeiro. Ao comentar as despesas do ano de 1838, o Presidente de Província Silva Couto indicou um fato bastante esclarecedor quanto à relação entre o Regulamento promulgado na Corte e a dinâmica de impressão na província. Segundo seu relato, as despesas com correspondência haviam crescido substancialmente, a partir da normativa de janeiro de 1838:

Tendo crescido a correspondência, principalmente depois do Regulamento nº1 de 1 de janeiro de 1838 organizado pelo Governo Central, que estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos, e distribuídos, é evidente que convém ser elevada a quantia marcada para as despesas do expediente: também não é suficiente a que foi designada para impressão de leis no corrente ano financeiro, o que era de esperar, por ser mui diferente prever o número de atos legislativos, que serão promulgados.²⁸

Nesse sentido, o Presidente de Província evidencia que a quantia reservada para a impressão, atividade feita fora do Espírito Santo, acabou por ultrapassar a renda destinada a esse item dentro do orçamento provincial. Outras falas de administradores locais deixam transparecer as

27 Regulamento nº1, de 1 de Janeiro de 1838. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1838, Página 1 Vol. 1 pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-1-1-janeiro-1838-561943-norma-pe.html>. Acesso em: 04 abr. 2025.

28 APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Silva Couto em 1839, p. 5.

dificuldades impostas pela ausência de uma tipografia local ou a falta de verba para impressões na província:

Não existe um só exemplar impresso da coleção de leis provinciais de 1839; o que não só causa transtorno ao serviço, como também impede a presidência de satisfazer as requisições, que lhe tem sido feitas de outras províncias, e até diversos estabelecimentos do Império. A quota de 500\$000 reis, votada para impressão de leis e expedientes da secretaria, já fiz ver em meu relatório do ano passado, ser insuficiente, por maior que seja a economia empregada. Só o custo das impressões absorve não pequena parte da referida quantia.²⁹

Percebe-se na fala do Presidente de Província as dificuldades quanto ao acesso a informações dos anos anteriores, provenientes da ausência de compilações, bem como em relação à falta de leis impressas. A análise documental destaca, assim, uma preocupação dos governantes com a impressão e materialidade dos documentos que, a partir do regulamento, precisavam também transitar para a Corte e comunicar as leis da província e do Império. No entanto, a pesquisa em documentos da época, como, por exemplo, os Anais da Assembleia Legislativa Provincial, demonstra que esses registros do legislativo permaneceram manuscritos até meados de 1860, quando, então, passaram a ser impressos nas tipografias da província do Espírito Santo, bem como adentraram as páginas dos jornais locais.³⁰

29 APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Luiz Pedreira Couto Ferraz, em 1848, p. 29.

30 Siqueira, 2020.

A chegada da tipografia: Uma “revolução” na província do Espírito Santo?

Torna-se necessário identificar o momento de inserção da imprensa no cenário capixaba, caracterizando o percurso desse empreendimento e sua instalação na região. A documentação referente à primeira tipografia do Espírito Santo é escassa. É o relato do memorialista Basílio de Carvalho Daemon³¹ que nos fornece indícios importantes sobre a chegada do maquinário e, ainda, a possível causa da vida efêmera do jornal que teve apenas um número impresso. Foi em 15 de setembro de 1840 que se lavrou contrato com a presidência da província que garantia a Ayres Tovar, então deputado provincial, a publicação dos atos oficiais locais. O contrato em questão tinha por base a Lei provincial nº 6 de 23 de março de 1835, e obrigava Ayres Tovar a publicar um periódico duas vezes por semana, destinado às ordens, ofícios de administração do governo, bem como portarias e correspondências da administração com autoridades da província, além de todo impresso necessário. O contrato vigoraria por dez anos e, como uma das obrigações da tipografia, 120 exemplares deveriam ser destinados ao governo.

Historiadores como José Teixeira de Oliveira³², Maria Stella de Novaes³³ e Amâncio Pereira³⁴ reuniram informações preciosas sobre a história do jornalismo capixaba e atestam que Ayres Tovar recebeu o maquinário tipográfico em março daquele ano, mas, somente seis meses depois, assinou o contrato com o governo. Tovar criou, então, a *Tipografia Capitaniense*, a primeira instalada no Espírito Santo, que era dirigida por José Marcellino Pereira de Vasconcellos.

No entanto, o que pareceria ser uma inovação no circuito de comunicação da sociedade capixaba parece não ter alcançado o objetivo naquele contexto. Somente o primeiro número de *O Estafeta* foi impresso,

31 Daemon, 1879.

32 Oliveira, 2008.

33 Novaes, 1985.

34 Pereira, 1908.

e ali cessou sua confecção e circulação. Infelizmente esse único número do jornal não consta em nenhum acervo do Espírito Santo, nem mesmo na Biblioteca nacional e demais arquivos.

São inúmeros os questionamentos que emergem diante dessa informação da vida efêmera do jornal *O Estafeta*. Nos perguntamos como uma tipografia, um empreendimento tão esperado para a publicação impressa na província, sobretudo na divulgação e registro dos atos do governo, cessou sua impressão tão logo iniciados os trabalhos? Como teria sido a recepção do público? Quais foram as dificuldades encontradas? Sem muitas respostas para as inquirições, mas partindo dos indícios obtidos por meio dos memorialistas, parece residir na materialidade dos textos a causa da diminuta sobrevivência dos impressos da *Tipografia Capitaniense*. Nas palavras de Daemon:

Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Aires Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de Estafeta, devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares.³⁵

O relato de Daemon aponta que dificuldades como a qualidade do papel e da tinta, por exemplo, foram fatores de grande peso para o insucesso da tipografia. Sobre o papel utilizado no primeiro exemplar, por meio dos memorialistas, tem-se a indicação de que Tovar utilizou em seu primeiro número o papel de linho azul.

A memória citada acima relata ainda que a tinta usada pelo estabelecimento era produzida na própria tipografia, o que possivelmente visava diminuir os custos do produto. Por se tratar de um grande empreendimento, de custo elevado e, ainda, inovador na sociedade capixaba, imagina-se que após o ocorrido Tovar certamente colocou-se

35 Daemon, 1879, p. 358.

em busca de melhorias para o maquinário e seus materiais, até mesmo pela necessidade de honrar o contrato celebrado com o governo.

Outro fator a ser destacado refere-se às informações mencionadas por Daemon que, ao apontar as péssimas condições materiais do jornal *O Estafeta*, acaba indicando a produção de outros tipos de impressos da mesma tipografia. Nesse sentido, embora tenha publicado apenas um número do periódico, a tipografia Estafeta publicou outros materiais ainda naquele tempo.

Para além das dificuldades relacionadas à materialidade do jornal, nos meses seguintes o proprietário da tipografia passou a sofrer de sérios problemas de saúde e, em junho de 1841, Tovar faleceu em Vitória. A tão sonhada tipografia do Espírito Santo foi, então, abandonada em meio aos pertences de Tovar.

Em um relatório de presidente de província publicado em 1841 encontra-se a preocupação de mais um administrador pela falta de uma tipografia para a província:

[...] Sinto o não haver-se até agora montado a tipografia, que foi mandada vir às expensas de um zeloso cidadão vosso digno colega. Um hábil estrangeiro que reside na Corte, sabendo que ela não trabalhava por falta de compositor e impressor, ofereceu-se me para isso; e avisando-lhe de acordo com o proprietário, que quanto antes propusesse as condições que lhe convinham, nenhuma resposta tenho tido depois disso. A presidência já contratou com o proprietário a publicação dos atos do Governo pela quantia estipulada na Lei do Orçamento atual, e uma cópia do contrato se vos apresenta.³⁶

Anos mais tarde, em 1845, outro presidente de província mostrou-se preocupado em dar continuidade à comunicação impressa. Ao que nos parece, várias localidades possuíam conhecimento dessa demanda do Espírito Santo. A *Tipografia Imparcial* localizada em Campos, região

36 APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de José Joaquim Machado d'Oliveira, em 1884, p. 10.

que fazia fronteira com o Espírito Santo, fez então ao administrador uma proposta para suprir a ausência de uma tipografia:

Devo também informar-vos que o proprietário da tipografia Imparcial da cidade de Campos se compromete a publicar com brevidade e exatidão todos os atos deste governo, e a defendê-los; dando para a presidência 20 exemplares de cada publicação, e por preço cômodo, que lhe será pago por trimestres, sendo este contrato por espaço de 2 anos. Se vos aprouver autorizar-me para celebrar este contrato, eu o farei. Do modo mais conveniente aos interesses da província.³⁷

É necessário que façamos uma reflexão acerca da importância e das demandas da publicação impressa que tinham por objetivo a publicização e registros de atos de governo, diferenciando-as do clamor por um jornalismo político ou de opinião nesse período. Enquanto a citação acima indica uma inquietação do presidente de província pela ausência da tipografia para impressão de registros oficiais, muito diferente era a opinião de alguns membros da elite política local sobre a emergência da imprensa de caráter político. Fontes da mesma década nos apontam, por exemplo, que o coronel Francisco Monjardim, uma das lideranças políticas mais importantes da localidade, não via de forma negativa a ausência da produção de impressos. Ao contrário, era fazendo uso de correspondências manuscritas, por exemplo, que os indivíduos da elite política pareceriam tratar das questões importantes à manutenção da ordem provincial. Em ofício dirigido à Corte, coronel Monjardim, manifestou ao visconde de Macaé, seus receios em relação à imprensa:

[...] E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo a maioria de seus habitantes, e a de todos os outros pontos da província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa o

³⁷Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império In: APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Joaquim Marcellino da Silva Lima, em 1845, p. 7.

que concorre por sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma província, a qual, V. Excia. o sabe, há atravessado as crises revolucionárias, que tem abalado o Império, sempre fiel ao imperador e às instituições juradas.³⁸

O documento faz emergir diversas reflexões em torno da necessidade da atividade impressa capixaba. Nesse sentido, nos parece que, a partir das constatações anteriores, havia sim uma demanda pela tipografia e pela impressão dos atos de governo. Por outro lado, valendo-nos das premissas elencadas por autores que atestam a permanência dos manuscritos em meio à atividade impressa, no Espírito Santo nos parece que haveria uma distinção do que se imprime e se divulga. Certamente, o que era importante ao ponto de se perturbar o sossego da sociedade capixaba permanecia, por vezes, manuscrito.

No entanto, cabe ressaltar que a instalação da tipografia no Espírito Santo também pode ser visualizada como um projeto da elite política local, sobretudo dos deputados da Assembleia Legislativa Provincial. Os componentes dessa elite política, bem como as principais lideranças locais, como, por exemplo, coronel Monjardim, eram conscientes da necessidade de se inserir o Espírito Santo no circuito dos impressos, respaldando, ainda, a localidade de um maquinário de impressão que atenderia às demandas locais, sobretudo, as governamentais. Além disso, conjectura-se que, diante da necessidade de uma tipografia, os deputados compreendem que seria mais seguro que o advento de um empreendimento desse porte, e com capacidade de movimentação e discussão política, fosse, então, consolidado a partir das premissas do próprio governo. Desse modo, o primeiro jornal do Espírito Santo estaria resguardado de conturbações políticas e ataques, como ocorria em outras localidades.

No entanto, embora as fontes atestem a necessidade da atividade tipográfica, até mesmo em busca de melhores preços para a impressão dos atos do governo, foi somente em 1848 que o antigo estabelecimento

³⁸ Ofício de 22 de maio de 1848 enviado por Francisco Monjardim ao Visconde de Macaé, titular da pasta do Império. Apud Oliveira, 2008.

de Ayres Tovar foi vendido por sua viúva. O comparador, Pedro Antônio de Azeredo, vindo do Rio de Janeiro, visualizou na tipografia a possibilidade de um empreendimento lucrativo, celebrando novamente um contrato com a Assembleia Provincial. Em 17 de janeiro de 1849 foi publicado o primeiro número de seu periódico, denominado *O Correio da Victória*.

Os primeiros anos de atuação do mercado editorial e comunicação impressa no Espírito Santo

Na segunda metade do século, o Espírito Santo já apresentava transformações significativas no cenário político e social. Identifica-se, sobretudo, o aumento populacional³⁹, além de modificações importantes no contexto provincial relacionadas à vida intelectual, como, por exemplo, a construção do Liceu Provincial e da Biblioteca Pública, espaços que trouxeram a possibilidade de difusão de novas ideias e proporcionaram uma nova sociabilidade intelectual⁴⁰. Nos parece que as modificações no contexto social local, atreladas às demandas do governo por melhores preços para a impressão, fortaleceu a ideia de mais uma vez se colocar em prática a consolidação de uma tipografia. A partir de janeiro de 1849, o Espírito Santo deixou de ser somente uma localidade receptora de jornais impressos e passou a produzir seu próprio jornal. Ao comprar o maquinário da antiga tipografia de Ayres Tovar, seu novo proprietário, Pedro Antônio d'Azeredo, celebrou, então, o contrato com o governo, a fim de colocar em funcionamento a tipografia. O autor Basílio Daemon aponta em seus escritos que, embora baseado no contrato anterior, as condições oferecidas ao novo empreendedor da imprensa capixaba mostravam-se mais vantajosas, se comparadas às que foram ofertadas à Ayres Tovar em 1840⁴¹. Não dispomos, infelizmente, de documentação biográfica acerca do novo proprietário da tipografia que nos fornecesse subsídios para análise aprofundada sobre sua trajetória.

39 Segundo José Teixeira de Oliveira, um levantamento feito em 1856 aponta para o número de 49.092 habitantes na província: Oliveira, 2008, p. 373.

40 Siqueira, 2020.

41 Daemon, 1879, p. 376.

Nos colocamos agora a analisar os primeiros anos de funcionamento do periódico, na tentativa de compreender como se deu o início da comunicação impressa na localidade, subsidiada pela condução da elite política local. Importante salientar que, em seu primeiro número, *O Correio da Victória* introduz as especificações que elucidam à sociedade capixaba o funcionamento do jornal. O editor acentua a necessidade dos moradores da região por um periódico, já que as impressões permaneciam dependentes de estabelecimentos de fora da província:

É a publicação desta folha diária de grande necessidade para os habitantes desta capital, precisão que tem de recorrerem aos jornais da corte, e de outros lugares para anúncios de transações mercantis, e outros objetos. Mister é, porém algum sacrifício: todavia se reconhecemos a falta que até hoje aqui existe de um periódico, não o devemos desanimar. Assim o Correio da Victória não será publicado, por agora, mais do que duas vezes por semana, segundo o seu contrato, todavia para esperar que, sendo com a concorrência dos assinantes, e proteção do governo, conseguiremos aumentar o seu formato, e quiça fazê-la aparecer mais vezes, com pouco ou nenhum aumento do preço porque vai taxada a assinatura.⁴²

As palavras do editor evidenciam que um dos objetivos do periódico era adentrar no mercado editorial nacional, proporcionando melhores preços aos capixabas que, a partir daquele momento, poderiam agora usufruir de impressões feitas na própria província. Como se tratava de uma remodelação na cultura política local, o início do empreendimento jornalístico representou também um momento de comunicar à sociedade capixaba as principais premissas acerca do funcionamento da imprensa. Aliás, a caracterização de como se dariam as atividades do *Correio da Victória* foi tema constante nos primeiros números, alertando ao povo para os limites, os deveres e os objetivos da folha.

Seguindo as indicações de Donald McKenzie⁴³ e direcionando nossa atenção à materialidade desse jornal como um fator importante para a compreensão do que se desejava transmitir, a análise dos primeiros

42 Correio da Victória, nº 1, 1849.

43 Mckenzie, 2018.

exemplares indica de que o formato do *Correio da Victória* era bastante modesto⁴⁴. A investigação em torno dos primeiros três anos de funcionamento certifica que, durante esse período, o jornal era publicado sempre às quartas-feiras e sábados, composto por quatro páginas que eram divididas em duas colunas. Infelizmente não dispomos dos arquivos referentes aos anos de 1852 e 1853 para que pudesse ser feita uma análise comparativa. No entanto, a investigação aponta que foi somente por volta de 1854 que o jornal modificou sua disposição de textos em três colunas.

Em uma de suas primeiras edições, Pedro d'Azeredo esclareceu quais seriam as seções que fariam a composição da redação do *Correio*, acentuando que o periódico poderia publicar notícias alocadas em sete seções. A primeira delas era a chamada “Parte oficial”, tema caro ao jornal, já que o nascimento da folha estava totalmente atrelado ao contrato que celebrou com o governo da província. Essa, sem dúvida, foi a seção que mais deteve a atenção editorial em seus anos iniciais. A segunda seção era a “Crônica nacional e estrangeira”, na qual o editor se propunha a publicizar notícias de todo o Império, a partir da chegada de outros jornais que fariam essa interlocução. A “Parte comercial” era mais uma das seções estipuladas pelo editor, destinada a trazer à luz as transações mercantis da localidade. A seção “Variedades” era reservada a matérias sobre história, biografias e, nas palavras do editor, resguardaria tudo mais que não coubesse nas demais seções. Uma das seções mais interessantes era a denominada “Declarações”. Por meio dos anúncios contidos nessa parte do jornal, torna-se possível perceber os primeiros indícios de interação entre a sociedade e a imprensa. A sexta seção, nomeada “Folhetins”, destinava-se a contos românticos, textos traduzidos ou originais de autores de renome. A última seção, mas talvez a mais importante, se designava “Correio da Victória”, e para esse espaço o editor reservava notícias da Corte, colocando-se ainda a discutir diversas obras produzidas no Império.

O *Correio*, sobretudo nos anos iniciais da tipografia, manteve uma narrativa que corroborava o objetivo informativo do jornal que,

44 Destaca-se que o acervo do jornal *Correio da Victória* encontra-se disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

em suas palavras, manteria-se afastando de “celeumas políticas”. Tal posicionamento, contudo, não constituía uma indiferença aos assuntos políticos do período. Como era um periódico subsidiado pelo âmbito político da província, o dito “afastamento” significava o distanciamento de críticas e intrigas contra o próprio governo e a Assembleia Provincial.

Em outra passagem do periódico, torna-se claro que havia um programa para a imprensa capixaba, traçando suas finalidades e objetivos, muito mais práticos e civilizatórios como atesta o presidente de província em relatório de Antônio Pereira Pinto:

A Assembleia Provincial, acertadamente pensando nos inconvenientes da falta de uma tipografia, e nos incalculáveis danos que a província tem vindo de não existir nela esse meio poderoso de civilização, autorizou a presidência com designada quantia para engajar essa empresa. De acordo com os desejos dessa assembleia, firmei o respectivo contrato, e de janeiro por diante contará a província com esse valioso auxiliar de sua futura grandeza. Nutro a intima convicção de que a imprensa tirará a província da espécie de abatimento em que tem jazido, levará ao conhecimento do governo geral a enumeração de suas necessidades, e publicará correspondências de seus presidentes, alguma das quais, e bem interessante, existe inédita na secretaria do governo. A imprensa fará bem conhecida esta província, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegáveis que ela encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta; despertará assim a ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar que lhe compete na lista das demais províncias do Brasil. Será esta mais uma vitória conseguida pelo famoso invento de Gutemberg.⁴⁵

Ainda discursando sobre o advento da imprensa capixaba, o presidente de província atesta a necessidade de um empreendimento tipográfico local. No entanto, registra em seu relatório os malefícios que poderiam surgir a partir de um “mau uso” da imprensa em terras capixabas. Era, assim notória, certa cautela com relação aos jornais. Assim um circuito de comunicação baseado em impressos teria se desenvolvido lentamente, até que a prática de imprimir alcançasse uma dinâmica segura no meio provincial:

45 Correio da Victória, nº 1,17/01/ 1849.

Contudo, sendo prudente neutralizar alguns males que também são inseparáveis da criação de uma imprensa, em seu começo, no contrato, que fiz, acutelai todos esses prejuízos: o estabelecimento de uma tipografia nessa província não será canal por onde se vasem torpes recriminações, aleivasas diatribes; não será uma arena, onde se debaterão gladiadores; seus fins são mais nobres: os melhoramentos materiais do país, a publicação dos atos oficiais, a vulgarização das notícias colhidas em escritores eruditos; eis o programa que assinalei. A transgressão desses preceitos será peremptório motivo da rescisão do contrato, e ao prudente arbítrio de V. Ex. cabe “avaliá-la”?⁴⁶

Nos dias posteriores ao início da atividade tipográfica na província, os editores e redatores de *O Correio da Victória* passam a apontar a necessidade da adesão do público ao periódico recém-inaugurado:

Que os cidadãos se não furtem à subscreverem nosso pequeno jornal, porque sua existência, sendo d'interessante utilidade, é também de imediata dependência de recursos pecuniários para permanência do estabelecimento; que as repartições e autoridades públicas da província sejam fáceis em fornecerem-nos o expediente e notícias de mais palpante interesse: que o respeitável corpo do comércio desta capital apresente ao Correio da Victoria seus anúncios, que ele publicará mediante contribuição razoável, e notícias relativas às transações da Corte e mais partes do Império: que os homens de letras nos enviem suas produções, originais ou traduzidas; para virmos a ganhar o conceito, de que carecemos, e habitar-nos para promover-nos dignamente o melhoramento material e moral do país.⁴⁷

Assim, torna-se evidente que, iniciando um novo circuito de comunicação, os componentes da tipografia do *Correio da Victória*, necessitavam difundir ao público o gosto pela leitura dos jornais, a adesão às publicações e anúncios por parte dos leitores e do comércio local. Roger Chartier⁴⁸, ao problematizar a adesão do público à atividade tipográfica

46 Correio da Victória, nº 1, 17/01/1849.

47 Correio da Victória, nº2, 20/01/1849.

48 Chartier, 2001.

parecer trazer à tona nuances muito pertinentes ao cenário capixaba. Era preciso introduzir na cultura política local a crença nos impressos. Como acentua o autor francês, havia, inicialmente, uma grande desconfiança acerca dos impressos na Europa. Assim, tem-se a permanência, ainda por longo período, dos manuscritos em detrimento à imprensa.

Importante destacar que, ao introduzir a nova prática, o jornal ainda destacou a importância da própria tecnologia, publicando a partir de seu segundo número uma coluna dedicada à invenção da imprensa e todo o desenvolvimento de Gutemberg. Nas palavras do editor, "de todas as artes uteis, a impressão é talvez a que mais honra o engenho e paciência dos seus inventores; e nenhuma tem contribuído mais imperiosamente para a conservação, desenvolvimento, e progresso dos conhecimentos humanos"⁴⁹.

Para além da divulgação das novas práticas acerca da comunicação impressa, a manufatura do jornal também demandava um esforço ainda não visto na província, necessitando de mão-de-obra especializada. Entre os anúncios da segunda edição, o jornal atestava que necessitava de aprendizes para ensinar tipografia e de pessoas para a entrega⁵⁰.

Na continuidade dos apontamentos que dava ao público sobre seu funcionamento, *O Correio da Victória*, após anunciar que o jornal estava apto a publicar escritos de todos os capixabas, decide expor as cláusulas do contrato selado com o governo provincial e, assim, indicando o que era ou não permitido nessa impressão. Identifica-se que a imprensa capixaba possuía normas bem claras em seu início, sobretudo, indicadas nos artigos abaixo:

Art.9 – Fica proibido ao empresário aceitar correspondências, que entretenham polemica individual, e nem artigos, que ofendam a qualquer cidadão, e só admiteira anúncios, que não contenham, insultos diretos ou indiretos, e também publicações literárias.

Art.10 – Sendo este jornal, oficial, não poderá fazer censuras aos atos do governo, quer geral, quer provincial.⁵¹

49 Correio da Victória, nº2, 20/01/1849.

50 Correio da Victória, nº2, 20/01/1849.

51Correio da Victória, nº3, 24/01/1849.

No primeiro número do ano de 1850, o *Correio* certificava os leitores sobre sua continuidade e atestava as dificuldades pelas quais passou o jornal no ano de 1849, sem plena adesão do público. Pedro D'Azeredo relatou em sua folha sobre os empecilhos relacionados à consolidação da atividade editorial na província. Os percalços evidenciados pelo redator fizeram com que ele conclamasse a participação dos leitores locais, visando reduzir as complicações financeiras advindas dos primeiros meses de publicação.

Embora preocupado com o desenvolvimento de seu empreendimento editorial, Pedro d'Azeredo enfatizava que as dificuldades de ampliação de seu negócio não se deviam à qualidade de seu jornal ou ainda de seu conteúdo. Para o proprietário da tipografia, era resultante do desconhecimento da atividade impressa, reiterando que “nesta província, onde não era ainda reconhecida a influência da imprensa, este poderoso veículo da grande civilização”⁵². Sobre a adesão da sociedade capixaba aos impressos, o editor relatava:

Infelizmente o resultado de nossos esforços não correspondeu aos desejos que tínhamos, de aumentarmos o formato da mesma folha, e de satisfazermos completamente as promessas a que nos obrigamos em seu nascimento: as avultadas despesas que empregamos a par de recursos apoucadíssimos, são as principais causas de semelhante falta; mas não nos descuidaremos de trabalhar com afinco a fim de que se realize o pensamento que nos levou a tomar sobre os ombros empresa tão árdua.⁵³

No mesmo número em que destacava as dificuldades financeiras da impressão, o editor pedia que o auxílio dado pela Assembleia Legislativa Provincial tivesse sua continuidade nos próximos meses que, junto ao movimento dos assinantes – o que ainda não havia se consolidado na folha – seria, então, possível permanecer com o projeto do primeiro jornal do Espírito Santo.

52 *Correio da Victória*, nº1 02/01/1850.

53 *Correio da Victória*, nº1, 02/01/1850.

Após os seis primeiros anos, o editor Pedro d'Azeredo publicou o primeiro número do ano de 1855, exaltando a sobrevivência do jornal desde 1849. Segundo o proprietário da tipografia, foram muitas as vezes em que o *Correio da Victória* teria sido alvo de calúnias e zombarias por membros da sociedade capixaba. No entanto, o proprietário enfatizava que relutou em entrar em polêmicas, buscando sempre "tornar o *Correio* digno da ilustração desta província". Evidenciava ainda que melhorias foram efetuadas na materialidade do jornal, o que supostamente referia-se à qualidade de papel e impressão, e lamentava "quem conhece o que seja imprensa, quem tem tido a infelicidade de redigir um jornal sabe perfeitamente as torturas porque passa um pobre redator que tem que satisfazer aos mais ligeiros caprichos de todos os seus leitores"⁵⁴.

E foi assim que o primeiro jornal do Espírito Santo vivenciou seus primeiros anos de existência. Apesar das inúmeras dificuldades relatadas pelo editor, com o apoio do governo provincial, a tipografia permaneceu em pleno funcionamento nos anos que se seguiram, até meados da década de 1870.

É importante citar que, apesar de ter inaugurado a prática da impressão na província em 1849, após o advento do *Correio da Victória*, o Espírito Santo só viu florescer outro jornal no final de 1853, denominado *A Regeneração*, impresso na Tipografia Imparcial. Entretanto, o segundo jornal foi bastante efêmero, e seu editor Manuel Ferreira das Neves cessou rapidamente sua publicação em 1854, após alguns números impressos. Com o fim da *Regeneração*, o Correio retomou por mais alguns meses seu posto de único jornal da província. Entre folhas de curta duração e tentativas de implementação de outras tipografias, é notório salientar que foi somente na década de 1860 que a imprensa se consolidou na província como *lócus* de discussão política partidária.

Conforme estudo elaborado a partir da relação entre o advento dos partidos políticos locais e o jornalismo, aponta-se que as reformulações na dinâmica partidária local foram uma condição de suma importância para a concretização da imprensa como espaço público de discussão no Espírito

54 Correio da Victória, nº 03/01/1855.

Santo. Assim, com as primeiras discussões que movimentaram os liberais e conservadores locais, a imprensa passou a ser buscada constantemente como veículo de divulgação política e de exposição de contendas entre inimigos partidários. Na década de 1860, não somente o número de tipografias aumentou significativamente no Espírito Santo, como também se percebe a diversificação geográfica desses empreendimentos editoriais por toda a província⁵⁵. Além disso, foi também na segunda metade do século que as tipografias se consolidaram como espaços comerciais, sendo agora muito mais procuradas por anúncios do comércio local, bem como atuando como mediadoras de livros e demais impressos que vinham da Corte.

Considerações Finais

Este estudo ensejou resgatar o processo de implementação do primeiro jornal capixaba, *O Correio da Victória*, a partir das premissas da história da cultura impressa. Instalando sua primeira tipografia somente em 1840, objetivamos evidenciar as transformações no cenário político capixaba, além das motivações por parte da elite provincial, que deram suporte para a remodelação da cultura escrita e impressa na localidade.

O estudo apontou, por meio de documentação primária, que havia desde 1835 a preocupação por parte da Assembleia Legislativa Provincial acerca da existência de uma tipografia que pudesse imprimir os atos do governo. No entanto, ao mesmo tempo, verificou-se que havia desconfiança da própria elite política com relação aos impressos e seu impacto em meio à difusão de movimentos políticos e tumultos partidários.

Embora cientes do poder da imprensa como veículo de contestação e difusão de ideias, a elite política capixaba, sobretudo os ocupantes das Assembleia Provincial, parecem ter identificado a necessidade de serem os responsáveis pela instalação da primeira tipografia, conduzindo o novo empreendimento e resguardando a imprensa capixaba de possíveis

55 Siqueira, 2013.

conturbações políticas. O primeiro jornal, junto aos princípios colocados pelo governo provincial no contrato com o redator e proprietário da tipografia, lançou a imprensa capixaba no circuito dos impressos do Império e, sobretudo, apresentou aos habitantes do Espírito Santo, de forma pedagógica, as bases para a utilização da nova possibilidade de comunicação, de forma que não se chocassem com os princípios norteadores da calmaria política da localidade. Assim, nossa hipótese é de que sendo um jornal apoiado por recursos da Assembleia Provincial, o *Correio da Victória* estava, sim, apto a falar de política, mas não havia espaço para críticas ao grupo que conduzia a política local. Seu objetivo era, então, informar e dar voz aos atos do legislativo, sem perturbar os princípios da ordem, consolidados desde a primeira metade do século XIX pela elite política local⁵⁶.

A partir das balizas dadas por Robert Darnton⁵⁷, é imprescindível que nos façamos também perguntas sobre os circuitos de comunicação, angariando argumentos capazes de responder a perguntas como, por exemplo, como aqueles impressos passaram a existir ou o que determinou, no caso do Espírito Santo, a instalação da primeira tipografia? No mesmo sentido, nos colocamos a investigar qual teria sido a relação entre os leitores e o primeiro jornal, evidenciando, assim, uma adesão ainda muito tímida por quase toda a primeira década de vida do periódico.

As falas do editor com relação a demanda por assinantes e os pedidos de ajuda ao governo para o patrocínio ao jornal, destacam até mesmo uma certa desconfiança acerca dos impressos em circulação. Assim como aponta Chartier para o caso Europeu, ao contrário do que se imagina, a imprensa foi impulsionada muito lentamente, sobretudo pelo receio da sociedade acerca de figuras como o editor e o redator. Neste sentido, as máximas do historiador francês sobre os anos posteriores à invenção de Gutenberg parecem valer para o Espírito Santo oitocentista. No caso da França, por exemplo, destaca-se duas fases distintas para a produção

56 A condução política por parte dessa elite é bastante significativa desde os primeiros anos do século XIX, sobretudo, em momentos importantes como, por exemplo, na Independência, momento no qual as lideranças locais resguardam o Espírito Santo em prol da ordem. Ver Siqueira (2013).

57 Darnton, 2008.

de jornais. A partir de 1840 teria ocorrido um barateamento do preço dessas folhas, levando consequentemente a um maior grupo de leitores. No entanto, essa reformulação no valor dos impressos não aumentou exponencialmente a adesão aos jornais. Contudo, fora na década de 1860, que se identificou na França a segunda fase do jornalismo, marcada pelas melhorias em termos de estradas de ferro e correios, que possibilitaram, então, a invenção de novos formatos dos grande periódicos e diários de notícias, diversificando a produção dos impressos e ampliando seu alcance⁵⁸.

A partir dessas reflexões, comprehende-se que o advento da imprensa capixaba não destoa dessa trajetória, posto que uma série de dificuldades emergiam ainda na década de 1840, no momento de sua implantação. Por meio da documentação tornou-se perceptível que a própria materialidade dos impressos fora um fator de complicações em torno da criação da imprensa local, a partir dos relatos de memorialistas sobre a má qualidade da tinta e do papel utilizados na Tipografia de *O Estafeta*, o jornal que foi publicado uma única vez. Imagina-se que grandes percalços dificultavam a compra de um papel de melhor qualidade, posto o alto valor desse material. Sobre a atenção que se deve dar ao papel, Robert Darnton nos adverte que os trâmites comerciais em torno desse produto eram bastante complexos, sobretudo, no século XVIII⁵⁹.

Na província do Espírito Santo, tanto o papel como a tinta utilizados pelo *Estafeta*, por exemplo, parecem ter sido decisivos para a descontinuidade da imprensa local. Após nove anos, com a compra da tipografia por outro editor em 1849, identifica-se certa melhoria em termos materiais na produção. No entanto, são muitos os relatos encontrados nas fontes que atestam as dificuldades acerca do valor do papel utilizado. Por vários números, por exemplo, o proprietário da tipografia refletia sobre as melhorias que desejava fazer em seu jornal, sobretudo, em termos de periodicidade e formato. Contudo, o valor do material e a baixa adesão de assinantes foram questões importantes para a manutenção

58 Chartier, 2001, p. 129.

59 Darnton, 2008, p. 158.

do *Correio da Victória* com o formato bissemanal, e uma exibição com aparato tipográfico simples. As máquinas tipográficas de maior precisão e velocidade só chegariam à província na década de 1880⁶⁰.

Pode-se citar, sobretudo, que a análise de elementos ligados à paratextualidade, como, por exemplo, artifícios que convidam o leitor para adentrar em seu periódico, ou ainda ilustrações e disposições das colunas, apontam a mesma simplicidade do jornal *Correio da Victória* em termos de alegorias e edição da folha. Assim, os documentos indicam que o registro e impressão dos atos de governo foram essenciais para que a elite política capixaba angariasse recursos para a implantação de uma tipografia local.

Dada a necessidade de suprir a ausência de uma empresa editorial, responsável pelo serviço que outrora era feito fora da província, as fontes nos demonstram que foi a própria elite política que formulou, então, a consolidação da primeira tipografia. Assim, determinou também seus moldes e sua agenda, para que o novo empreendimento não trouxesse os malefícios das agitações políticas e das injúrias que já permeavam os impressos em todo o país.

Esta investigação pretende contribuir com os estudos sobre a circulação de impressos no Brasil, sobretudo, apontando as características e singularidades das regionalidades em torno da história da imprensa. Reflete-se, nesse sentido, a necessidade de exceder as comparações entre a instalação da imprensa nas províncias, buscando, assim, compreender as diferentes motivações e contextos locais que fizeram emergir as tipografias em todo o Império, a partir das demandas regionais.

Fontes

BRASIL. Regulamento nº1, de 1 de Janeiro de 1838. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1838, Página 1 Vol. 1 pt. II. Disponível em: <https://shre.ink/xuOK>. Acesso em: 04/04/2025.

60 Siqueira, 2020.

O Correio da Victória – Hemeroteca Digital/ Biblioteca Nacional.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de José Joaquim Machado d’Oliveira, em 1841.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Joaquim Marcellino da Silva Lima, em 1845.

APEES. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Presidência de Luiz Pedreira Couto Ferraz, em 1848.

Bibliografia

ACIÓLI, Inácio. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1978.

ALGRANTI, Leila; MEGIANE, Ana Paula (ogs.) *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2009.

AMARAL, Alex Lombello. "Cascudos e Chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)". Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da UFJF. 2008.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello. *A Politização das ruas: projetos de Brasil e ação política nos tempos de Regências*. Brasília: Senado Federal, 2022.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito: Una historia cultural Del Siglo de Oro*. Madrid, Marcial Pons, 2001.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/ Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e História*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014.

CHARTIER, Roger. *Las revoluciones de la cultura escrita*. Editorial Gesida, 2018.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.

DARNTON, Robert. "O que é a história do Livro? – Revisitado". *Revista ArtCultura*,

Uberlândia, v.10, n.16, p.155-169. 2008. Disponível em: <https://shre.ink/xuOS>.
Acesso em: 28 mai. 2024.

EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2006.

GÓMEZ, Antonio Castillo. *Livros e Leituras na Espanha do Século de Ouro*. Tradução: Cláudio Giordano. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MARTINUZZO, J. A. (Org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005.

MARTINUZZO, J. A. (Org.). *Quase 200: a imprensa na história capixaba*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2008.

MCLUHAN, Marshall. *A galaxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Nacional, 1972.

MCKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a Sociologia dos textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MELO, José Marques de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardam a implantação da imprensa no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

NOVAES, Maria Stella. *História do Espírito Santo*. Vitoria: FEES, 1984.

OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 2008.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. História da Imprensa Capixaba. *Revista do IHGES*, n. 3, 1922.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Besson da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP\$A editora. 2006.

SIQUEIRA, Karulliny S. *Imprensa e Partidos Políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Vitória: Cadernos de História, IHGES, 2013.

SIQUEIRA, Karulliny S. *O império das repúblicas: projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Vitória: Paco Editorial, 2020.